

# TRÊS QUESTÕES CHAVES PARA UMA ÉTICA DA SEXOLOGIA

*Francisco Juan Jose Viola<sup>1</sup>*

## THREE QUESTIONS KEYS FOR A ETHIC FROM SEXOLOGIA

**Resumo:** A sexualidade tem sido pesquisada de diversas maneiras nas últimas décadas. Porém, os estudos relacionados com a sexualidade ainda não entraram completamente nas universidades. A maior parte das especializações em sexologia são extra-universitárias. Somado a isto, a maioria dos profissionais que trabalham com sexualidade possui formações muito diversas entre si. Isto resulta numa dicotomia entre uma interdisciplinaridade (inerentes aos estudos sobre a sexualidade) e uma multidisciplinaridade real, devida à diversidade de profissionais que atuam na sexualidade.

299

Com esta realidade como referencial realizamos o presente trabalho, apresentando uma teorização do que acreditamos ser o alicerce fundamental para enfrentar esta situação: uma Ética da sexologia. Esta deve contemplar três planejamentos básicos:

1. Identidade de cada profissional (a definição dos conteúdos da sexologia)
2. Limites da ação do sexólogo (a teoria da crise)
3. Recursos que podem ser utilizados (o respeito da alteridade)

O presente trabalho discute estes três alicerces<sup>2</sup> e identifica a urgência de estabelecer diplomas universitários em sexualidade<sup>3</sup> e insiste sobre a necessidade que o código deontológico tenha um papel real na prática cotidiana.

<sup>1</sup> Médico. Doutor em Psicologia. Orientação. Sexologia. e-mail: francisco.viola@gmail.com

<sup>2</sup> Dubar e Tripier definem quatro componentes constitutivos do termo da profissão: a identidade profissional, associada à declaração da profissão; a posição profissional associada à função; a especialização profissional que envia-nos à noção de *ofício* e a classificação Profissional que define o emprego ocupado.

<sup>3</sup> "o desenvolvimento atual da sexologia acompanhe-se de uma crise do pensamento e da prática sexológicas". DUPRAS, A. (1986). Le fin de la sexologie clinique et le debut de l'histoire de la sexologie. *Psychothérapies*, nº 1, pp. 65-72.

Nós proporemos em nossa tese doutoral uma oposição entre o paradigma da crise e o paradigma dos obstáculos.

**Palavras-chave:** Ética; sexualidade; sexologia; deontologia; identidade profissional.

**Abstract:** Sexuality has been much analyzed during the last decades. However, sexuality as a subject is not officially included to the university curriculum yet. As a consequence, most of the experts in sexuality are trained outside the academia. In addition, experts in sexology have very diverse education and training. This results in a dichotomy between interdisciplinary fields, inherent to the sexuality studies, and actual multi-disciplinary due to the disparity of professions involved in sexuality today.

With this situation in mind, this paper presents a theory of ethics for sexology that considers three pillars:

1. Professional identity (a definition of the contents of the discipline).
2. Limits of each profession regarding sexuality analysis (a “crisis theory”).
3. Resources that can be used (stick to the “*alterity principle*”).

This paper discusses these three pillars and identifies the urgency to set up university degrees in sexuality; and insists on the need of an ethics code for professionals working in sexuality.

**Keywords:** Ethic; sexuality; sexology; deontology; professional identity.

## Introdução

Nas últimas décadas temos sido testemunhas de um múltiplo movimento científico, cultural e comercial em torno da sexualidade das pessoas. Multiplicaram-se publicações, atividades científicas, manifestações públicas, apresentações culturais, etc. Isto trouxe, como consequência, uma maior demanda de respostas para os profissionais na área da saúde e associadas a saúde.

A ciência sempre pretende definir seus conceitos de maneira a delimitar o alcance do que explicará. Isto tem permitido, através da linguagem dita científica, esclarecer as coisas, seguindo um padrão convencional. Assim, utiliza-se uma linguagem, dita comum, para poder trocar experiências nas reuniões e nas comunicações chamadas científicas. Porém, quando a ciência deixa um pouco de lado sua suposta “objetividade” (objetividade sempre impossível de alcançar) procurando estudar um tema que se acerca mais diretamente ao ser humano, é necessário que a *subjetividade* das representações de cada pessoa ocupe um lugar preponderante na configuração do modelo a utilizar.

É, sem dúvida, o caso do estudo da sexualidade e do sexo porque é difícil rejeitar a tese da subjetividade do sexólogo. O sexólogo está *sempre sujeito a uma tensão insolúvel entre o ideal da objetividade científica que o movimenta e a subjetividade social de seu meio que o marcam* (DUPRAS, 1986, pp. 65,72).

O conceito de “*sexo-logia*” parece designar, de acordo com uma analogia médica fonética, uma ciência cujo objeto de estudo seria o sexo ou a sexualidade. Desse modo, a sexologia pode associar-se facilmente com à ginecologia, neurologia, urologia, etc. Assim, definiríamos a sexologia, em função dessa noção médica, como “uma pesquisa teórica e clínica, como uma terapia particular em relação a função sexual” (STEICHEN, 1980). Porém a realidade é outra, primeiro porque “a etimologia da sexologia – logos de sexus – envia-nos a um “discurso em propósito da *coupure*”. Esta *coupure* implica separação, diferença, falta, complementaridade, oposição, desejo, procura de união e convida para outras conotações, todas tão significativas. O discurso em questão não pode *a priori*, reduzir-se a uma dissertação fechada já que a sexualidade não se deixa assimilar somente à *genitalidade*.

A sexologia, no senso amplo, estaria constituída, sem jamais ser acabada, pelo conjunto das reflexões que procuram explicar e compreender as diferenças sexuais e as conseqüências da diferenciação, como são a identidade sexual, os modelos sexuais e as atitudes orientadas à união entre os sexos. Toda abordagem sexológica só pode, por isso, ser parcial e situar-se em um processo pluri disciplinar, por não poder ser inter disciplinar. (RAPPORT DE A JOURNÉE D'ÉTUDES DE L'INSTITUT DES SCIENCES FAMILIALES ET SEXOLOGIQUES, “Formation et recherche en sexologie”, 1975).

Temos aqui a questão essencial para definir nosso problema que, por mais que possa parecer subsidiário, é essencial para nossa prática como profissional. Definir «*sexo*» como *genitalidade* ou defini-lo como «*sexualidade*», é dizer como *coupure*, abre os caminhos que, mesmo tendo a mesma base *genética*, tem uma diferença essencial, em nível da prática e por tanto em nível da deontologia.<sup>4</sup>

Relembremos que as pessoas funcionam com *representações* do mundo que nos rodeia. Este conjunto de idéias que nós formamos das coisas estabelece uma maneira de nos aproximarmos do outro. Essa aproximação implica maneiras de definir limites, estabelecer prioridades e desenvolver valores que guiam a “*praxis*”, que se comunica ao outro.

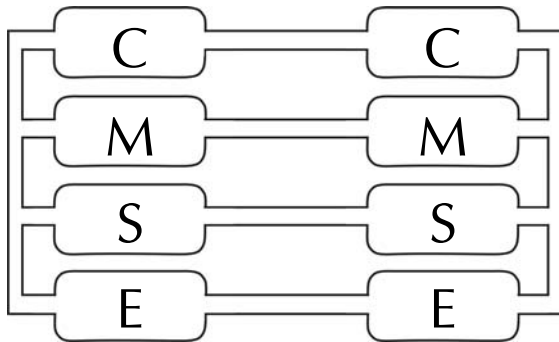
<sup>4</sup> A deontologia é um capítulo da Ética geral, concretamente a teoria dos deveres (*tá déonta*). Os deveres profissionais são só uma parte muito restritiva dos deveres em geral. Em sua acepção mais habitual, o termo *deontologia* utiliza-se para designar a “moral profissional”. Assim, está situada como uma parte da moral, uma “moral especializada”.

## Conceitos essenciais e preliminares

O sexo é individual, enquanto que a sexualidade necessita da existência do outro

Esta noção é a chave para considerar a prática profissional sobre o estudo da sexualidade. É uma afirmação que se funda em posições filosóficas, morais e científicas. Implica uma divisão essencial entre duas maneiras de considerar ao outro. O sexo é genitália pura. A sexualidade surge através da alteridade que implica o outro e a necessária comunicação. Por alteridade entendemos a distinção essencial entre *eu e você*, assim “[...] sempre te manterás fora de min. Por isso: não ser eu, não ser eu nem meu, fazem que a palavra seja possível e necessária entre nós....”. (IRIGARAY, 1998, p. 30),

No gráfico seguinte mostramos a Idéia de unidade estrutural da sexualidade. É neste caso uma unidade ideal de sexualidade.



Esquema representativo da sexualidade (VIOLA, 1997)

Neste esquema, o «c» é o corpo; o «m» é a mente; o «s» é o social e o «e» é o espiritual.

Entendemos a comunicação como a combinação de aptidões e atitudes que toda pessoa desenvolve para tentar transmitir mensagens a outra pessoa e também aos mecanismos que cada um utiliza para tentar decifrar as mensagens que as outras pessoas emitem.

Partimos da idéia que somos sexuados (*sexualizados*) porque há um outro e esse outro é capaz de nomear-nos. Nesta concepção da sexualidade, não tem que haver uma relação de coito necessária, mas tem que haver uma

relação entre dois seres sexuados e falantes. Sem palavra não há sexualidade. Talvez por isso, no tema do estupro a noção de não-consentimento (importante nos processos policial e jurídico) é muito essencial na vivência da pessoa estuprada, pelo fato de que sua palavra não tenha sido reconhecida pelo agressor e, muitas vezes, tampouco por outras pessoas.

Implica, necessariamente, uma consideração de ordem ética, ou seja, definir um posicionamento das pessoas frente a situações que elas ou outras pessoas possam viver. Nesta idéia de sexualidade que desenvolvemos a partir dos conceitos centrais de *“alteridade”* e *“comunicação”* é onde devemos situar-nos para considerar uma ética voltada para isto.

## Ética

Entendemos a ética como *“[...] a tensão que nasce entre a realidade e o ideal”* (SNOEK, 1991). Ao falar de tensão estamos referindo-nos a dois conceitos implícitos. Primeiro que a ética é o esforço para juntar duas situações que no ser humano utiliza-se para construir a realidade e o segundo, que essa realidade não é única, por mais que nos esforcemos, sempre existirão diferenças entre a realidade que construímos e a realidade que nos apegamos.

A realidade é o conjunto de fatos, dos fenômenos e dos sucessos (respectivamente os objetos da observação objetiva, da experiência subjetiva e das análises sócio-histórico) que constituem a referência comum da verdade para uma determinada comunidade. (STEICHEN, 2003, p. 80).

Então, a realidade não é única, senão de certo modo individual, porém existe um consenso de realidade para cada sociedade. Esse consenso é dado por uma ideologia, já que esta, *“[...] como produtora de realidade, deve sua eficácia a sua natureza: a ideologia é uma combinação de pensamento e de afetividade”* (STEICHEN, 2003, p. 83).

Porém a vida cotidiana, em nosso caso, a prática clínica ou a observação participante, dá-nos provas concretas que a realidade não é monolítica, senão que se nutre de diversas situações, que fazem que cada pessoa construa suas realidades a partir do conjunto de representações disponíveis, as que lhes outorgam valores determinados, em função do que a psicanálise chama a estrutura da realidade. Esta estrutura, na visão lacaniana, contempla três registros:

*“[...] a realidade do imaginário, que é o conjunto das imagens mentais (resultando da articulação seletiva dos traços da percepção), a realidade do simbólico que*

é o conjunto das elaborações lógicas (que saem da combinação dos significantes) e a realidade do real que impõem-se aos sujeitos como massa do inimaginável e do indizível (o caos do não representável) (STEICHEN, 2003, p. 80).

## Problema

A associação entre ética e sexualidade está estabelecida em consideração à interação e/ou à confrontação entre “duas” pessoas específicas. De um lado, o profissional que trabalha com sexualidade e do outro lado uma pessoa que apresenta um problema sobre a sexualidade, problema de índole pessoal, familiar, social ou de ordem conjugal. Levando em conta a relação de caráter profissional. Esclarecemos que esta relação profissional abrange tanto o campo clínico, como o educativo e o social.

Nossa posição epistemológica surge como consequência, não a considerar coisas chamadas práticas, ou seja, externas aos indivíduos em questão, senão que partimos do fato de que os profissionais que trabalham com temas relacionados com o campo da saúde são sexuados e dispõem de um poder, uma autoridade para impor um ponto de vista ou pelo menos sugerir uma visão sobre os problemas que os demais podem ver como aceitável e provável. Considerar esta autoridade é fundamental para poder compreender e atuar com uma consideração ética para nossa profissão. Compreendamos que um profissional que trabalha com temas de sexualidade tem que se posicionar frente a alguém que pode estar sofrendo de algum modo, pela situação ou pela dúvida sobre o fato que está vivendo. O profissional tem possibilidades de limitar esse sofrimento, de elucidar dúvidas, de oferecer orientação e de dar informação, mas também de estabelecer uma pauta de normalidade. Definido isto, não esqueçamos que os pacientes estão pedindo isso: *doutor dê-me um padrão de normalidade*. Pedido nem sempre explícito, mas sempre subentendido em temas de sexualidade. “A vontade de definir e de redefinir o normal teria marcado toda a história da sexualidade. [...] a sexologia tem tido uma inegável influência sobre a reavaliação das normas sexuais na cultura no sentido amplo” (CROZIER, 2003, p. 16-37).

Sempre lembrando que são duas pessoas frente a frente, em uma troca desigual de elementos. Compreender esta relação desigual entre pessoas é essencial para a prática profissional (a deontologia). Estes elementos estão relacionados com as obrigações e as responsabilidades de cada um, mas também com as verdadeiras possibilidades de atuar positivamente frente a uma situação de consulta.

Um vínculo profissional é desigual, mas esta constatação não implica, necessariamente, uma posição vexatória. É desigual na medida em que está estabelecida certa definição antecipada de papéis. Quem procura é *demandante* e quem recebe é *demandado*. Dentro desta situação é fundamental fazer menção a uma série de condições que devem cumprir-se nesses termos e sobre tudo, tem uma série de elementos que se devem evitar<sup>5</sup>.

### Três questões chaves para uma ética da sexologia

1º questão: Identidade de cada profissional (a questão da relação entre disciplinas)

#### Código de Ética de Flasses<sup>6</sup>

Artigo 2. Formação necessária dos/as Terapeutas Clínicos

Artigo 3. Formação necessária para educadores/as

Artigo 4. Formação necessária para os pesquisador/as

Artigo 5. A utilização de termos como sexólogo/a, terapeuta sexual, educador/a sexual, pesquisador/a sexual, não oferecem uma informação adequada sobre o grau acadêmico obtido. Para evitar a ambigüidade de alguns termos, que não são utilizados com a mesma homogeneidade, deve-se mencionar o grau acadêmico seguido de... “especialista em sexualidade humana” e/ou “especialista em sexologia” e/ou “educador/a sexual” e/ou “pesquisador/a em sexualidade humana”.

Nem todos, que se atribuem o termo sexólogo tem sido verdadeiramente formados. Nem todos têm recebido uma série de informações a partir de uma estrutura de formação mais ou menos reconhecida oficialmente, nem todos têm questionado seus pontos de referência e, sobretudo, têm tentado uma prática no campo. Porém, existe um número cada vez mais elevado de pessoas que se atribuem o título de sexólogo, sobretudo se amparando sob

<sup>5</sup> “Praticamente todo o mundo sente-se inclinado em caso de dúvida sobre se algo é desejável ou correto a seguir os pontos de vista éticos geralmente aceitos, conta-se com algum deles e conhecem-se suas particularidades – especialmente quando trata-se de pontos de vista comuns ao grupo social no qual deseja-se pertencer e no que se deseja ser classificado”. BRANDT, 1982, pp. 77-78.

<sup>6</sup> FEDERAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIEDADES DE SEXOLOGIA E EDUCAÇÃO SEXUAL

o fato que não existe, em muitos países, a aquisição do título através da formação acadêmica, ou seja, qualquer profissional pode chamar-se desse modo e não é considerado um delito como em outras profissões. Definindo, é verdade que “não existe título protegido que unifique o status profissional” (GIAMI & COLOMBY, 2001, p. 41).

O título de médico, por exemplo, está regulamentado e por mais que alguém seja um experto *curador*, apresentando-se como médico comete um delito que se chama de “usurpação de títulos”. Os sexólogos têm a situação mais fácil. Não existe título em nível nacional e internacional reconhecido de forma unívoca, como podem ser os outros diplomas nas ciências de saúde, técnicas ou humanas. Todos podemos ser sexólogos e sexólogas. Ainda mais, existe uma quantidade enorme de ofertas de formações para ser sexólogos (pessoas independentes com títulos, instituições privadas, organismos semipúblicos, etc.). Todas as ofertas estão baseadas numa suposta experiência dos responsáveis pela formação.

Definindo, dizemos que a primeira necessidade para construir uma ética da sexologia é definir a relação entre as disciplinas através da especificidade do objeto de estudo e da clareza da identidade profissional. Estabelecida esta por dois temas:

### O objeto de estudo:

A abordagem pragmática expõe de entrada os problemas em termos pluri-dimensionais exigindo uma teorização que leve em conta as diversas dinâmicas em jogo, tanto no nível do individual (o particular no geral), do social (o eu frente a você, o singular e o plural), quanto do psico-fisiológico (a clínica). Estas três dimensões são onde elaboram-se as respostas à problemática da sexualidade, de modo que as situações se desenvolvem para o essencial à intersecção de seus componentes. Eles definem-se do seguinte modo:

\* O individual: cada vivência é particular. O relativismo cultural introduzido pelos antropólogos tende demonstrar que existe mais de um modo de dizer o vivido. Isto nos parece uma resistência a deixar-se tomar pela vivência do outro. Nossa história é única na medida onde ela não pode ser reduzida a fatos objetivos. Cada pessoa ordenara as significações que ela da à seu vivência segundo as prioridades que, algumas vezes, podem parecer aleatórias, que são relativas ao real naquilo ele está mergulhado.

\* O social: na medida em que a sexualidade se dá no reencontro com o outro (outro real, imaginário e/ou mesmo simbólico), as normas as quais estão



submetidos os indivíduos, não só criam as situações concretas de reencontro, como também imprimem aos indivíduos naquilo que se encontram mergulhados, um estilo culturalmente sobredeterminado.

todo sistema social pressupõe tais axiomas morais básicos. Estão implícitos nas categorias de valores e de comportamentos que resumimos em conceitos tais como direitos, deveres, justiça, amizade, respeito, erro, pecado. Tais conceitos dão-se em toda sociedade humana conhecida, embora o tipo de conduta e o conteúdo dos valores designados por eles varia enormemente (BRANDT, 1982, p. 111).

\* A clínica: no tanto que ela «*tem como objetivo realizar uma intervenção sobre a desgraça*» (STEICHEN, 2001), contribui reconstruindo um código de interpretação dos sinais com os quais o outro expressa esta desgraça. Por isso, a clínica ocupa um «*lugar sui generis de controle das teorias científicas*» (DEVILLERS, 1993), questionando ao mesmo tempo a ciência e os indivíduos, seja paciente ou clínico.

## A identidade profissional, propriamente dita

307

A identidade é um dos temas que define uma profissão<sup>7</sup>. Estabelece suas capacidades e promove o desenvolvimento crítico de seus avanços. Sem identidade profissional é complicado pensar em construir uma profissão que tenha um verdadeiro alcance social. Não são todos os sexólogos capazes de estudar, opinar, analisar ou fazer terapia sexual, tampouco todos são capazes de fazer a mesma coisa com a sexualidade. Sou partidário à divisão mais firme das capacidades que permitam desenvolver a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, mas para isso devemos compreender que estas só são fruto do trabalho e do duelo do poder.

Em todas as partes onde os sexólogos, ou os que se chamam sexólogos têm um lugar, existe uma discussão sobre o reconhecimento de uma identidade própria, definida:

como a particularidade de ser si, de ser específica em relação aos outros (referentes) e de ser reconhecido como tal por estes últimos [...] A identidade definisse-se como uma maneira de ser particular que se especifica de uma certa delimitação no espaço e duma certa permanência no tempo (STEICHEN, 1998, p. 17).

<sup>7</sup> Ver nota de rodapé 2 no início do texto.

As pessoas que se consagram ao estudo da sexualidade têm necessidade como todos os profissionais de estabelecer ao redor deles, “por sua prática, uma zona de segurança sob forma de incompatibilidades simbólicas” (MARTUCELLI, 2002, p. 414).

Paradoxalmente, os sexólogos que se reconhecem exclusivamente como tal, são seguidos daqueles que não exercem exclusivamente a sexologia. Temos utilizado os conceitos de *paria*<sup>8</sup> e *bastardo*<sup>9</sup> para significar uma ausência no reconhecimento oficial para aqueles que quiserem estudar a sexualidade como processo de reencontro com o outro. Já Clavreul (1978) tem mostrado o processo que tem seguido os médicos para construir seu reconhecimento oficial. Podem-se citar também os exemplos na psicologia e na sociologia. A sexologia se confronta com os governos e os poderes para impor sua ordem. Esta luta reúne os profissionais vindos das disciplinas mais variadas. Não parece que isto seja devido a uma transdisciplinaridade. Seu objetivo não é de pôr em lugar uma prática particular, mas ter um nome para poder praticar.

Porém procurar um nome não é suficiente. Pensamos que a luta por um reconhecimento legal não resolve o problema essencial desta falta de *identidade*. Para resolver esta questão é necessário saber como tratar as problemáticas excluídas da sexologia e quais são as outras situações verdadeiramente paradigmáticas dos problemas da sexualidade, como o estupro (sua prevenção, sua acolhida, seu tratamento, a consideração social, os protocolos de intervenção, etc.) com um verdadeiro arsenal de práticas, condutas e revisões das questões em relação aos quatro componentes que temos mencionado: o corporal, o mental, o social e o espiritual.

## 2º questão: Limites desse acionar (a teoria da crise)

### Código de ética da FLASSES

#### **Artigo 6: Limites da competência dos educadores, terapeutas e pesquisadores**

<sup>8</sup> “Homem excluído da sociedade”. BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1988, p. 483.

<sup>9</sup> “Degenerado da espécie a que pertence // Diz-se dos híbridos ou mestiços, formas resultantes do cruzamento de duas espécies bem definidas ou, mesmo, de variedades”. BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1988, p. 88.

Tiefer (1996) diz que a sexologia tem três crises:

- a. A sexualidade na cultura (publicidade implacável, controvérsias permanentes, o sexo como substituição e compensação e as pesquisas sexológicas);
- b. A sexualidade nos estudos científicos (os novos estudos sobre a sexualidade, a perspectiva em sexologia)<sup>10</sup>;
- c. A sexualidade em medicina.

Dá-nos conta que o poder que nos outorga o fato de ser reconhecido como quem sabe nos dá um poder de determinar o que pode ser considerado bom. Anon em 1977 apresentou um esquema, o esquema PLISSIT. Neste esquema o autor estabelece como primeiro ponto a *Permission*. Este autor dizia que muitas pessoas procuram uma autorização do terapeuta. Assim os sexólogos podem resolver problemas oferecendo essa autorização. Não somos juízes, nem religiosos para tal fim. Mas devemos saber que os pacientes nos procuram, sutil ou claramente, para que os *autorizemos*. Agora bem, isso nos obriga a considerar o que acreditamos seja útil para a humanidade e o que achamos que pode ser útil para o paciente, sempre partindo da base do que vivemos como útil para nós.

A crise é fundamental em uma concepção da profissão em relação a uma coisa que não podemos reduzir a um só nível. Se a sexologia estuda o sexo, a crise pode estar reduzida à mínima expressão, porém se a sexologia estuda a sexualidade a crise é uma consequência inevitável a se ter em conta. A sexualidade é dinâmica por definição, estamos permanentemente confrontados a mudanças internas, sócias, pessoais, íntimas, familiares, etc.

Mas existe uma outra crise a ter em conta: a crise das disciplinas. As ciências se dividem, *grosso modo*, em dois tipos diferentes: as rígidas e as brandas. As experimentais e as outras; as que pregoam uma objetividade e as que falam da subjetividade. A confrontação entre as duas está dada pelo poder como recurso frente a seus limites. A sexualidade está encostada das segundas, o sexo da primeira.

## A fecundidade da crise pessoal

Consideramos a *crise* como o processo potencialmente inevitável com uma *descontinuidade permanente* e como consequência necessária do reencontro

<sup>10</sup> "o desenvolvimento atual da sexologia acompanhe-se de uma crise do pensamento e da prática sexológicas". DUPRAS, A. (1986). Le fin de la sexologie clinique et le debut de l'histoire de la sexologie. *Psychothérapies*, n° 1, pp. 65-72.

com o outro.<sup>11</sup> Se a sexualidade é baseada sobre o reencontro do outro, na comunicação, seu estudo deve considerar a *crise* como situação *estruturante*. Sustentemos que é prejudicial para a compreensão do fenômeno não considerar a teorização da crise, possível produto de todo reencontro<sup>12</sup>. Pode-se reconhecer que, em todo trabalho que toca a sexualidade como processo de inter-relação, está incluído um processo de crise. Este é disfarçado com os recursos metodológicos, as sublimações diversas, a rica produção literária, etc. Tudo isto, são os exemplos categóricos das situações de crise. Cada uma delas necessita um reconhecimento particular, sempre negociável, mas necessário.

3º questão: Recursos que podem ser utilizados (o respeito da alteridade)

### Código de ética da FLASSES

Artigo 7: Problemas e conflitos pessoais: código de ética da Flasses: Os problemas e conflitos pessoais das/os profissionais não devem interferir na eficácia dos tratamentos; se ocorrem, devem apartar imediatamente da situação e/ou dos/as pacientes o consultantes e, enviá-los de imediato ao Comitê de Ética.

A sexualidade nasce pela alteridade, existindo alteridade existe sexualidade. O filósofo Emmanuel Lévinas escreve:

que a relação ética com o outro implica uma dimensão de responsabilidades mediada pela palavra [...] Para esse filósofo preocupado com a questão de alteridade, o sujeito é responsável que o outro, aquele a quem se fala, seja por isso “previamente compreendido no seu ser (LÉVINAS, 2005).

Esta questão nos exige compreender que a sexualidade é um produto dado por uma soma de elementos. Nós destacamos os seguintes:

### A – A construção da realidade sexual

A realidade constrói-se tendo em conta dois eixos: o diacrônico e o sincrônico. Eles fixam os limites gerais espaço-temporais. Este par de eixos será delimi-

<sup>11</sup> «Admitamos, pois que as crises são uma das condições prévias e necessária da aparição das novas teorias e nós perguntemos agora como os cientistas reagem em sua presença». KUHN, 1983, p. 114.

<sup>12</sup> Nós propomos em nossa tese de doutorado uma oposição entre o paradigma da crise e o paradigma dos obstáculos.

tado particularmente pelo eixo individual que dá uma grande variabilidade a esta construção da realidade. Esta construção depende da interrelação permanente com o outro. Como efeito, a grande diversidade das respostas que se pode esperar dos pacientes se agrega a esta, não menos numerosa, as respostas dos terapeutas que atuam a partir de sua própria percepção da situação, a qual pode variar ao longo de sua própria vida.

## B – As posições em jogo

Devemos começar em aceitar que o vocabulário de nossa profissão tem muitas ambigüidades. Muitas delas fruto de nossa própria limitação conceitual. Além de ser uma preocupação teórica é também, um problema pragmático, dado que nossa profissão baseia-se na produção dos discursos sobre nosso tema de estudo. Por isso mesmo, lembremos que mesmo se a Organização Mundial da Saúde propõe um discurso teórico integrador da sexualidade. A prática dominante<sup>13</sup> não é, muitas vezes integradora, porque é uma prática que trata três temas diferentes: a *sexualidade/ o sexo/ o gênero*<sup>14</sup>.

## C – A inexistência do discurso neutro (asexualado / a-sexualizado)

Histórica e culturalmente nós aprendemos que existe um discurso neutro. Este, próprio da filosofia e das ciências, fala de um sujeito universal que representaria ao ser humano como tal. Uma tal crença se manifesta, ao nível do discurso, na redução das situações pela exclusão do subjetivo.

Há um discurso dominante que está associado ao masculino, (algumas vezes *machista*), que se manifesta, pareceria ser, à leitura da história<sup>15</sup>. Nossa civilização está fundada, deste modo, sobre uma filosofia construída pelos homens.

<sup>13</sup> Atualmente estamos «num contexto bem particular de medicalização dos comportamentos humanos, e em particular da sexualidade...». BAJOS, Et BOZON, 1999, pp. 34-37. Ver também MOYNIHAN, 2003, pp. 45-47. (www.bmj.com). Em definitiva parece que a gente "quer delegar à competência e às intervenções químicas a questão fundamental dos destinos das pulsões", KEHL, 2002, p. 8-9.

<sup>14</sup> "O gênero é então normativo orientando a percepção do sexo (não se pode ser macho e fêmea) e hierárquico (o macho é superior á fêmea) através da prática compulsiva da heterossexualidade. É, pois performativo e indissociável das práticas sexuais apresentadas como normais". LOWY Et ROUCH, 2003, p. 13.

<sup>15</sup> "O gênero é então normativo orientando a percepção do sexo (não se pode ser macho e fêmea) e hierárquico (o macho é superior á fêmea) através da prática compulsiva da heterossexualidade. É, pois performativo e indissociável das práticas sexuais apresentadas como normais". LOWY Et ROUCH, 2003, p. 13.

Achamos que esta crença é o quarto sistema de exclusão do discurso<sup>16</sup>. O problema que apresentamos como hipótese-postulado é que este sistema de exclusão está presente no campo do estudo, clínica e pesquisa em sexualidade. Achamos que existe ainda uma tentativa de neutralização do ser sexuado / *sexualizado* para falar do sujeito. “Cada ser humano possui, como o tem demonstrado Georges Devereux, um modelo ‘modelo sexual de si’. Então, esses modelos sexuais de si, não são nem permutáveis, nem neutros (assexuados)”. (UHL, M. & BROHM, 2003, p. 56).

## Discussão

O presente trabalho foi orientado no intuito de propiciar as bases teóricas para defender os pontos éticos fundamentais numa prática da sexologia e sobretudo, para estimular uma reflexão sobre a necessidade que urge de implementar formações universitárias e solidificar a questão ética dos profissionais na área da sexologia.

Falamos no início deste trabalho que entendíamos a ética como uma tensão que tentava aproximar dois pontos afastados: o ideal e o real. Por isso, devemos compreender que o real de nossa sexologia atual é muitas vezes o resultado de um reducionismo genital. Fazer uma ciência que estude a sexualidade (para nós a sex-UALOGIA) implica questionar muitas coisas e apresentar outros critérios de validade. Apresentamos para a discussão quatro critérios para criar uma sexUALOGIA ou uma verdadeira sexOLOGIA:

### **Critérios necessários para a construção de uma sexologia baseada na sexualidade**

- a. A definição da especificidade do objeto de estudo sexualidade que é diferente do sexo;
- b. A teorização da crise como parte importante no processo em relação com a prática sobre a sexualidade;
- c. A impossibilidade de fazer a construção do campo/ objeto fora do campo/ objeto; (a necessidade da subjetividade como centro)
- d. A transdisciplinaridade.

Viola (2003)

<sup>16</sup> «Desde o começo da historia patriarcal do Ocidente, a “mulher” não é mais que a matéria passiva na qual “o homem” tem podido dar forma em espiral sempre mais vertiginosa da universalidade abstrata: Deus, dinheiro, Phallus – a infinidade da substituição». JARDINE, 1991, p. 32.

Estes critérios só poderão ser validos se avançamos na formalização da profissão, mas para isso ainda falta muito que fazer. O sacrifício é enorme já que implica desfazer muito do realizado. É a forma para fixar bases que exijam uma ética dada por limites mais precisos.

Para que a sexologia seja realmente uma profissão, acreditamos na necessidade que esta ciência entre definitivamente na **Universidade**, deixando de ser “terra de ninguém” para converter-se em um território universitário. Isto não vai ao encontro da excelência de muitos profissionais que trabalham na área, mais vai de encontro aos limites que devemos defender em nosso território para estabelecer as responsabilidades sobre os danos que podem produzir nossos comportamentos terapêuticos. Por isso, é fundamental que a Ética tenha um lugar de suma importância. Na medida em que a Ética funcione existe um pilar essencial na construção de uma profissão.

Lembramos sempre que a pessoa que tem o poder científico sobre a sexualidade, diz-se daquele que é capaz de estabelecer pautas de comportamento para fixar formas de diagnóstico e tratamento, tem uma autoridade, produto de um poder que esteve por muito tempo associado a uma forma médica em considerar as patologias. Dessa forma o olhar médico tem um poder “que reside na faculdade que ela possui de impor ao grupo a autoridade de seu juízo e a superioridade de seu ponto de vista” (MAURIAC, 1990, p. 72).

Marcamos três exemplos dessa autoridade, onde os profissionais fixaram certos limites que produziram problemas sérios para a sexualidade:

- a. Tissot – a luta contra a masturbação.<sup>17</sup>
- b. Freud – sua interpretação do papel do orgasmo *clitoriano* e a posterior utilização desta hipótese pela psicanálise<sup>18</sup>.
- c. Masters & Johnson – a apresentação reduzida da sexualidade a partir de suas experiências no laboratório<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> Em 1759, este médico suíço publicou um tratado sobre a masturbação intitulada « De l'onanisme », que produz uma corrente de tratamentos contra este ato. Ver por mais detalhes o livro de STENGERS & VAN NECK, 1998.

«Há “(...) três grandes sistemas de exclusão que golpeiam ao discurso: a palavra proibida, a divisão da loucura e a vontade de verdade». FOUCAULT, 1971, p. 21.

<sup>18</sup> “Se quer-se compreender a evolução que converte à criança em mulher tem que seguir-se o caminho recorrido pela excitabilidade do clitóris”. FREUD, 1948, p. 821.

<sup>19</sup> “Não existe no modelo médico de sexualidade lugar para a idéia de que a ereção e o orgasmo são construções sócias que recebem uma significação através da personalidade, a relação, os valores, as expectativas, a experiência vital ou a cultura”. TIEFER, 1996, p. 268.

A questão ética é importante porque os profissionais da sexualidade não são os produtores do prazer, como podem ser as profissionais e os profissionais do sexo. Os profissionais da sexualidade são aqueles que fomentam todas as possibilidades que fazem com que as pessoas não sofram pela alteridade, pela inserção cultural de suas diferenças, pela compreensão difícil dos processos de comunicação, de inter-relação e da procura do amor como sinônimo do encontro com o outro, onde o prazer é uma parte importante.

Não esqueçamos, também, que o trabalho em sexualidade ainda necessita muita pesquisa, não é a certeza o motor que movimenta muitos de nossos tratamentos e sugestões. Ao lembrar isto, devemos ter certeza que os seguintes princípios, que surgiram pela primeira vez no Código de Nuremberg em 1947, podem ser úteis a ter em conta como uma guia eficaz:

- A. O princípio de respeito das pessoas, porque elas são autônomas;
- B. O princípio de beneficência, a exigência de não produzir dano;
- C. O princípio de justiça, que os custos não sejam maiores que os benefícios.

Achamos que a ética e a sexualidade ainda é um caminho não pesquisado adequadamente. Talvez seja própria das ciências que tem uma carga muito grande de subjetividade<sup>20</sup>.

Levando em conta que “não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Esta longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão” (FREIRE, 2000, p. 37).

Temos um desafio muito grande: evitar a transgressão para que todos e todas possam desfrutar suas livres, conscientes e decididas transgressões.

---

<sup>20</sup> Ver o caso da psicologia, por exemplo, em FIGUEREIDO, L. C. M. (2004). Revisitando as psicologias. Petrópolis: Editora Vozes. BOURGUIGNON começa seu livro afirmando que na psicologia “a questão ética é mantida a distancia, algumas vezes vivida como uma posta em questão suspeitosa, quando essa questão não é separada como sendo sem objeto”. (BOURGUIGNON, 2003, p. 5).



## Referências bibliográficas

- ANNON, J. The PLISSIT model: A proposed conceptual scheme for the behavioral treatment of sexual problems. **Journal of sex education and therapy**, 2 (2), 1-15, 1976.
- BAJOS, N. & BOZON, M. La sexualité à l'épreuve de la médicalisation: o Viagra. **Actes de a Recherche en Sciences Sociales**, nº 128, 1999, pp. 34-37.
- BOURGUIGNON, O. **Questions éthique en psychologie**. Belgique: Mardaga, 2003.
- BRANDT, R.B. **Teoría ética**. Madrid: Alianza Universidad Textos, 1982.
- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, A. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.
- CLAVREUL, J. **L'ordre médical**. Paris: Seuil, 1978.
- CROZIER, I. La sexologie et la définition du "normal" entre 1860-1900 IN: LOWY, I. & ROUCH, H. La distinction entre sexe et genre. **Cahiers du Genre**, n 34. L'Harmattan: France, 2003.
- De VILLERS, G. L'histoire de vie como méthode clinique. **Cahiers de la section des sciences de l'éducation de l'Université de Genève**, N° 72: Penser la formation, 1993, pp. 135-155.
- DUPRAS, A. Le fin de la sexologia clinique et le debut de l'histoire de la sexologie. **Psychothérapies**, nº 1, 1986, pp. 65-72.
- FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.
- FIGUEREIDO, L.C.M. **Revisitando as psicologias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREUD, S. **Obras completas** – volumen I. Capitulo VII. Una teoria sexual. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1948.
- GIAMI, A. & DE COLOMBY, P. Profession sexologue? **Sociétés Contemporaines** N°41/42-2001, pp. 41-64
- IRIGARAY, L. **Ser dos**. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- JARDINE, A. **Gynésis, Configurations de la femme et de la modernité**. Paris: PUF, 1991.
- KEHL, M.R. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- KUHN, T. **La structure des révolutions scientifiques**. Paris: Flammarion, 1983.
- LÉVINAS, E. **Entre nós**. Ensaio sobre a alteridade. Editora Vozes: Petrópolis, 2005.
- LOWY, I. & ROUCH, H. **La distinction entre sexe et genre**. Paris: L'Harmattan, 2003.
- MARTUCELLI, D. **Grammaires de l'individu**. Paris: Folio essais, 2002.

- MAURIAC, N. **Le mal entendu/le Sida et les medias**. Paris: Plon, 1990.
- MOYNIHAN, R. The making of a disease: female sexual dysfunction. **British Medical Journal**. Vol 326, 2003, pp. 45-47.
- RAPPORT DU XVIIIIE COLLOQUE INTERNATIONAL DE SEXOLOGIE. **Réflexion sur une sexologie pluridisciplinaire**. Centre Cardinal Suenens, Louvain, 28-30 mai 1976.
- SNOEK, J. **Ensayo de Etica sexual**. Colombia: Ediciones Paulinas, 1991.
- STEICHEN, R. (1980). **La formation sexologique en médecine**. Rapport de la journée d'études de l'Institut des Sciences Familiales et sexologiques, «Formation et recherche en sexologie», Ecole de Santé Publique, Bruxelles: Université de Louvain, 1975.
- STEICHEN, R & SERVAIS, P. (dir.). **Identification et identités dans les familles. Individu? Personne? Sujet?** Academia Bruylant: Louvain-la-Neuve, 1998.
- STEICHEN, R. L'attitude prospective en anthropologie: o point de vue d'une anthropologie clinique d'inspiration psychanalytique. **Recherches Sociologiques**, Vol XXXII N° 1, 2001, pp. 55-75.
- STEICHEN, R. **Dialectiques du sujet et de l'individu : Clinique de la (dé) construction identitaire**. Louvain la Neuve: Academia Bruylant, 2003.
- TIEFER, L. **El sexo no es un acto natural y otros ensayos**. España: Edit. Thalassa, 1996.
- UHL, M. ; BROHM, J.M. **Le Sexe des sociologues**. La perspective. sexuelle en sciences humaines. Bruxelles: Ante Post, 2003
- VIOLA, F. **Parole-Sexualite-Discours**. Incompatibilité entre systèmes de représentation de victimes et intervenants dans des situations de viols à Tucumán. Proposition de paradigme transdisciplinaire d'une sexualogie", Tese doutoral, Université Catholique de Louvain, Belgique, 2003.

### **Bibliografia consultada**

- CAVALCANTI, R. & CAVALCANTI, M.. **Tratamento clínico das Inadequações sexuais**, São Paulo: Roca, 2006.
- LAQUEUR, T. **La fabrique du sexe: essai sur le corps et le genre en Occident**. Paris: Gallimard, 1992.
- STENGERS, J.; VAN NECK, A. **Histoire d'une grande peur, la masturbation**. France: Empecheurs De Penser En Rond, 1998.
- VAN RENSSLAER, P. **Bioethics: bridge to the future**, 1971.
- VIOLA, F. **La représentation da sexualité: tentative d'une définition intégrative et opérationnelle**. Trabalho de fim de estudos no «Institut d'études de la famille et de la sexualité». Louvain-la-neuve. Belgica. Inédito. 1997.
- VIOLA, F. **Thèse doctoral**. 2003.